

Fachin critica acusação de Bolsonaro, mas se diz aberto

Edson Fachin

Tenho a mão estendida a Bolsonaro, mas não vamos tolerar os intolerantes

Ministro do STF que comandará TSE afirma que terá postura de diálogo e que espera reciprocidade do presidente da República

ENTREVISTA

José Marques

BRÁSILIA No centro das críticas do presidente Jair Bolsonaro (PL), o futuro presidente do TSE (Tribunal Superior Eleitoral), ministro Edson Fachin, afirma que terá uma postura colaborativa e de diálogo com o mandatário, mas que adotará medidas caso a Justiça Eleitoral seja atacada.

“Como presidente do Tribunal Superior Eleitoral, nós não vamos tolerar os intolerantes. Mas, por agora, eu tenho uma mão estendida e eu espero reciprocidade”, afirmou o ministro à Folha.

Fachin assume no próximo dia 22, em substituição a Luis Roberto Barroso, ambos integrantes do STF (Supremo Tribunal Federal). Em reunião de transição na terça (15), o ministro afirmou que havia riscos de ataques aos sistemas do TSE oriundos da Rússia — onde estava o presidente da República, em viagem.

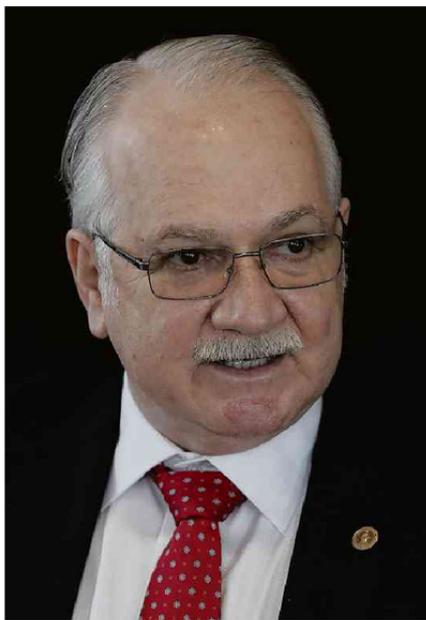
Em entrevista à Jovem Pan, Bolsonaro disse que a fala de Fachin era lamentável e “fake news”. O ministro afirma que entende as falas do presidente como narrativa política, mas que mencionou a Rússia por que é um exemplo real.

O presidente Bolsonaro disse que o discurso do sr. foi fake news e que os sistemas do Supremo se comportam como adolescentes. Qual a sua avaliação? Eu diria três coisas. A primeira, que toda pessoa, inclusive o presidente da República, tem o direito legítimo de crítica, e ninguém é imune à crítica. Portanto, o juízo de valor que se faz deve ser acolhido como exercício do dissenso dentro de uma sociedade democrática.

Segunda é que o presidente, ao lado das funções estatutárias, tem atividades políticas. Na atividade política, os fatos sofrem substituição por narrativas. Eu fiz um pronunciamento por escrito, para deixar registrado. O que eu mencionei é que há possibilidade de um ciberataque à Justiça Eleitoral, nomeadamente ao Tribunal Superior Eleitoral, e que a segurança cibernética era um item fundamental.

As milícias digitais se hospedam em diversos países, e menciono a Rússia como um dos exemplos — eu poderia ter mencionado a Macedônia do Norte. Estou falando de riscos que são reais, mais que potenciais, e que podem advir de atores privados, ou em alguns países com colaboração de atores estatais. E onde há colaboração de atores estatais? Onde há legislação não tem o mínimo de controle democrático e o mínimo de controle das milícias digitais. É infelizmente a Rússia, reconhecidamente exemplo de padrões mínimos de regulação.

A terceira é que eu tenho um conjunto de fontes. Começamos com um relatório do Senado norte-americano sobre as eleições norte-americanas, passam pelas eleições da Alemanha e por relatórios publicados em veículos respeitados de comunicação.



Luiz Edson Fachin, 64 é ministro do STF desde 2015 e é o relator da Operação Lava Jato na corte. Foi indicado pela ex-presidente Dilma Rousseff (PT). É vice-presidente do TSE (Tribunal Superior Eleitoral), foi eleito para assumir a presidência da corte em 22 de fevereiro. Foi professor titular de direito na UFPR (Universidade Federal do Paraná)

O presidente tem feito críticas ao Judiciário e, em especial, à Justiça Eleitoral. O sr. se preparou para ser alvo desses ataques? A minha conduta, ao menos nesse momento, é oposta a essa. Eu decidi ir pessoalmente entregar o convite da posse ao presidente. Ele é o chefe do Estado brasileiro, eleito legitimamente por meio do sistema de votação das urnas eletrônicas, diplomado pelo TSE numa sessão em que eu estive presente.

Esse reconhecimento de que ele exerce a chefia do Estado brasileiro me levou a convidá-lo. Também convidei-o para estar aqui no dia 11 de maio, quando nós apresentamos publicamente o relatório de todo o conjunto de planos de ataque [teste de segurança da Justiça Eleitoral], que começamos em novembro, quando nós abrimos o código-fonte [das urnas]. Nós iremos publicamente prestar contas. Eu também convidei o presidente, porque a atividade que a mim me cabe neste momento é de diálogo institucional e republicano com todos os chefes de Poder.

A minha proposição nesse momento é colaborativa. Eu fiz um gesto simbólico, de estender a mão ao diálogo, à ati-

vidade colaborativa e abrir as portas do TSE para que todas as autoridades tenham dados e informações e espaços para questionamentos.

Mantido o diálogo respeitoso, mantido o diálogo dentro da normalidade da relação institucional, a minha conduta sempre será colaborativa e dialógica. Eu nem assumi ainda o tribunal. Agora, como presidente do tribunal, se à Justiça Eleitoral for indevidamente atacada, eu não terei dúvida em tomar todas as medidas necessárias para defendê-la. Porque o ataque à Justiça Eleitoral, dependendo da forma e do modo com que ele se faça, e dependendo da sua origem, é um ataque à democracia.

Quem defende intervenção militar, quem defende fechar um Poder ou um tribunal como o Supremo Tribunal Federal e quem discute inexistente fraude em urna eletrônica não está discutindo a ruína da democracia. Como presidente do Tribunal Superior Eleitoral, nós não vamos tolerar os intolerantes. Mas, por agora, eu tenho uma mão estendida e eu espero reciprocidade.

Como o sr. recebeu a notícia de que o general [ex ministro da Defesa] Fernando Aze-

vedo e Silva não vai ser mais o diretor-geral do TSE? Os motivos de saúde são profundamente compreensíveis. Eu tenho pessoal estima e admiração pelo general Fernando Azevedo e Silva, como aliás tenho relacionamento com integrantes das três Forças [Armadas]. Sou de uma geração que admirou a conduta do general Euler Bentes Monteiro.

Ele foi o general que apresentou o que se chamava, à época, pelo então MDB, a antecandidatura, e perdeu a eleição no colégio eleitoral para o general [João] Figueiredo, que se tornou presidente do Brasil.

A presença do general Fernando aqui também tinha esse condão de trazer com ele uma perspectiva de um diálogo aberto, próximo, e esse diálogo não vai deixar de existir. O general Fernando acompanhou nosso período de transição, fez publicamente elogios à estrutura do tribunal, à própria segurança das urnas eletrônicas. [Acabou] apresentando questões de saúde. Se fossem outras questões, eu me permitiria discutir e contra-argumentar, mas saúde pessoal precisa ter da nossa parte compreensão e votos de melhora.

Asaída dele faz o tribunal perder uma ponte importante com as Forças Armadas? Eu tenho outros canais de diálogo abertos com as três Forças e continuarei a gerar bons resultados. O Exército tem um setor de cibersegurança que é merecedor dos nossos maiores elogios.

O sr. deu a decisão que abriu caminho para anulação dos processos do ex-presidente Lula na Lava Jato e ele se tornou elegível. Preocupa que isso seja usado para atacar o, como já fez o presidente Bolsonaro? Isso é uma narrativa, eu me atenho aos fatos. Chegaram ao Supremo mais de 150 inquéritos dos quais eu fui o relator originário. Muitos desses inquéritos foram para o STJ (Superior Tribunal de Justiça), pois eram de competência do STJ, e para as Justicças dos estados ou para os Tribunais Regionais Federais ou para a Justiça Federal desses tribunais.

O que é que se passou na Lava Jato, antes mesmo de eu assumir a relatoria? Iniciei-se uma discussão, já na relatoria do ministro Teori Zavascki, de saber se a competência da 13ª vara de Curitiba compreendia não apenas os danos diretos à Petrobras, mas também os seus danos reflexivos. Desde 2015, eu reestei vencido nessa discussão. O tribunal foi julgando numerosos casos e eu sempre reestei vencido, remetendo os danos reflexivos para os respectivos estados.

O ex-presidente Lula foi condenado em primeiro grau, a condenação foi mantida em segundo grau, o recurso chegou ao Superior Tribunal de Justiça e esse recurso não foi apreciado pelo Supremo. Ou seja, o Supremo Tribunal Federal em momento algum apreciou a questão da culpabilidade ou da procedência ou improcedência da imputação que se fazia ao ex-presidente.

Formada a orientação de que os danos reflexivos não eram da competência da 13ª vara, quando chegou ao tribunal o recurso extraordinário [de Lula], houve a interposição de um habeas corpus, onde essa matéria foi suscitada pela primeira vez. Eu tomei uma decisão que imediatamente submetia ao colegiado.

Portanto, foi uma decisão da maioria do STF. No meu gabinete não há limitares que ficam aguardando decurso do prazo por alguma conveniência. O colegiado, por maioria, entendeu que o tribunal havia firmado orientação neste sentido. No meu voto, faço esse histórico, mostrando como reestei vencido nestes julgamentos.

Quando reestei vencido na turma e no plenário, pelo princípio da colegialidade,

registrei que eu votava vencido, mas adotava a posição da colegialidade. O fato processual é esse. Haverá narrativas das mais diversas ordens, e as narrativas pertencem ao campo da política. A decisão tomada é uma decisão tecnicamente correta e, sobre ela, posso discutir juridicamente.

Apesar da questão técnica, politicamente o sr. também acaba sendo questionado pelos petistas, que dizem que houve injustiça com Lula em não poder se candidatar em 2018... De novo, vamos ao fato, e não à narrativa. Em 2018 foi impetrado um habeas corpus ao Supremo. Eu estava contra o habeas corpus do ex-presidente, porque naquele momento o STF, no meu modo de ver corretamente, tinha maioria que sustentava que é constitucional a prisão após o segundo grau, e era o caso do ex-presidente.

Esse entendimento, depois, numa outra composição e por mudança de posição de alguns colegas, foi alterado. Eu continuei com o mesmo ponto de vista. Entendo que é constitucional a execução da pena com prisão do condenado após a condenação em segundo grau que confirma uma sentença de primeiro grau condenatória. Votei assim em inúmeros processos, dentro de eles um do ex-presidente. Este é o fato, o mais é debate político.

O sr. disse que a doença infantil do lava-jatismo estava prestes a acabar, mas não a Lava Jato. Depois disso houve anulação dos processos contra Lula e vários outros arquivamentos. A Lava Jato acabou? Não. Eu sempre recomendo que se leia os relatórios ao final de cada semestre sobre a Lava Jato. O último relatório que eu produzi revela que mais de R\$ 1,2 bilhão em multas foi arrecadado só no meu gabinete. Dos 150 inquéritos no meu gabinete, eu continuo com mais de quatro dezenas de inquéritos ativos.

Os inquéritos de moram para concluir, infelizmente. Não é fácil efetivamente chegar dentro do processo, com ampla defesa e respeito às prerrogativas do acusado e do investigado, a um conjunto de provas. Mas esses inquéritos caminham e, desde que o Ministério Público ofereça a denúncia, eu aprecio. O juiz não investiga e o juiz não denuncia, o juiz julga, e há de ter uma posição equidistante quer da defesa, quer do Ministério Público.

Houve um determinado momento em que o Ministério Público celebrou um número expressivo de colaborações. Foram mais de 120 colaborações premiadas. Quantas foram as denúncias e quantas condenações? Quantas condenações houve na Lava Jato? 174. As do ex-presidente são 4.

Mas houve uma série de anulações de outras condenações em instâncias superiores... Sim, eu não tenho toda a tabulação de todos os tribunais. Mas quando se diz “a Lava Jato acabou”, é preciso levar em conta o ganho institucional, até mesmo nos excessos, que as cortes e os tribunais superiores estão apreciando e, quando é o caso, declarando alguma nulidade.

Até 1988, no Brasil, especialmente no período de 1964 a 1985, na ditadura militar, se graças a ela reconhecer que a resposta do sistema punitivo integrava o Estado democrático de Direito.

Há retrocessos em alguns setores? Evidentemente. A sociedade é plural, o exercício do poder político tem avanços e recuo. Há quem, por exemplo, no presente, seja saudoso das porções da ditadura e elogio torturadores.

“As milícias digitais se hospedam em diversos países, e mencionei a Rússia como um dos exemplos — eu poderia ter mencionado a Macedônia do Norte. Estou falando de riscos que são reais, mais que potenciais”

“Quem defende intervenção militar, quem defende fechar um Poder ou um tribunal como o STF e quem discute inexistente fraude em urna eletrônica não está discutindo a ruína da democracia”

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Folha de S. Paulo

Seção: Política **Caderno:** A **Página:** 7